



A QUESTÃO AGRÁRIA E A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO SEM TERRA NO MARANHÃO: a luta do acampamento Marielle Franco.

Juliana Gonçalves Castro¹
Karênina Fonsêca Silva²

RESUMO

A questão agrária brasileira é marcada por um contexto de contradições e de extrema desigualdade, o Maranhão não foge a tal contexto. Esse cenário é resquício de um passado colonial aqui firmado, cujos pilares foram estruturados na segregação e exploração. O presente trabalho demarca historicamente a colonização portuguesa, passando pelas frentes de ocupação do campesinato maranhense, até a consolidação e expansão do agronegócio, que resulta no agravamento da questão agrária no estado. Nesse contexto de antagonismos e lutas de classes, observamos a luta e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Registramos no Maranhão a resistência do acampamento Marielle Franco, que em 2018 realizou uma ocupação a um latifúndio improdutivo, outrora grilado por uma empresa siderúrgica, na cidade de Itinga, enfrentando os efeitos do desenvolvimentismo. Para tal investigação e apreensão da realidade, adotou-se como base metodológica o materialismo histórico dialético. Fez-se revisões bibliográficas em fontes primárias e secundárias, fundamentadas em autores clássicos e contemporâneos que discutem a temática, confrontando dados históricos e recentes. O acampamento Marielle Franco possui cerca de 150 famílias, ameaçadas de despejos, cuja reivindicação transcorre para a criação de assentamentos da Reforma Agrária junto ao Incra, na luta e resistência pela terra como condição de sobrevivência.

Palavras-chaves: Questão agrária; Resistência; Acampamento Marielle Franco.

ABSTRACT

The Brazilian agrarian issue is marked by a context of contradictions and extreme inequality, Maranhão state does not escape such context. This scenario is the remainder of a colonial past here, whose pillars were structured in segregation and exploration. The present work historically demarks the Portuguese colonization, passing the occupation fronts of the Maranhão peasant, to the consolidation and expansion of agrary issue, which results in the agrarian issue in the state. In this context of antagonisms and class fights, we observe the struggle and resistance of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. We registered in the Maranhão the resistance of the Marielle Franco camp, which in 2018 performed an occupation to an unproductive latifunde, once grilled by a steel company in Itinga, facing the effects of development. For such an investigation and seizure of reality, it adopted as a methodological basis of historical

¹Assistente Social, mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional na Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Email: jugcastro@hotmail.com.

²Orientadora do trabalho. Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Pitágoras e Professora colaboradora do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA. Email: kareninafsilva@bol.com.br



materialism. Bibliographic revisions were made in primary and secondary sources, fundamented in classic and contemporary authors that discussed theme, confronting historical and recent data. The Marielle Franco camp has about 150 families threatened by evictions, whose claim transports to the creation of the Agrarian Reformation, in the struggle and resistance by the land as a condition of survival.

Key words: Agrarian question; Resistance; Camp Marielle Franco

INTRODUÇÃO

A questão agrária é presente na sociedade brasileira desde a época da colonização quando a aquisição de um pedaço de terra para produzir e habitar era um sonho da população pobre do campo. Este problema perdura até os dias atuais se alargando e ajudando na perpetuação da desigualdade social e no acesso da terra no Brasil. Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, a propriedade desigual e conseqüentemente a concentração da estrutura fundiária, por meio de processos de expropriação, expulsão, e exclusão dos trabalhadores rurais camponeses e assalariados, à violência extrema contra os trabalhadores, dentre outros problemas. Assim, a questão agrária é bem conhecida da realidade brasileira e conforme Stédille (1997) pode ser caracterizada como problema existente na forma da propriedade e posse da terra. O caso, na região maranhense, não será diferente, assim como em todo o Brasil, pois sua gênese está atrelada ao período colonial com a implantação do sistema de capitâneas hereditárias em 1834, onde o donatário tinha como uma de suas prerrogativas a doação de lotes (sesmarias), que ao longo do tempo iam passando de geração em geração reforçando o caráter de concentração da terra. Toda essa concentração e contexto da questão agrária nos remete a base da resistência camponesa. O debate teórico nos apresenta que as expressões da questão agrária mais recente se configuram sobre as faces do agronegócio e suas perspectivas produtivas. Então, observar a resistência de movimentos sociais da terra ao longo do trajeto histórico, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, se torna de grande necessidade para tentar compreender a organização desses trabalhadores no objetivo de garantir a realização dos seus direitos, além de se constituem como uma das principais características do campo brasileiro. O intuito do estudo consiste em compreender as expressões da questão agrária no Maranhão e a resistência do acampamento Marielle Franco, localizado na cidade de Itinga do Maranhão.



METODOLOGIA

Na realização dessa pesquisa, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: o trabalho de campo, com visitas ao acampamento na perspectiva de realizar um trabalho etnográfico. Devido ao contexto de covid realizará entrevistas por meios eletrônicos. Realizar entrevistas utilizando meios eletrônicos como o gravador para transcrição e análise da comunicação oral. Assim como o acompanhamento da mídia eletrônica, mais especificamente site do MST para coletar informações sobre o acampamento Marielle Franco. Utilizar-se-á fotografias para caracterização do espaço do acampamento na perspectiva de que essa estratégia capture o espaço social e suas expressões.

REFERENCIAL TEÓRICO

Questão agrária: aspectos históricos na realidade maranhense

Na perspectiva de compreendermos esse caráter concentrador e excludente da questão agrária no território maranhense, decidimos partir dos processos históricos de ocupação. Sendo assim destacamos, conforme Cabral (1992), as duas frentes de ocupação: a frente litorânea que se inicia no século XVII por volta dos anos 1619 e 1621, e a frente Pastoril ou Pastos Bons, que ocorre mais tarde em 1730. Tal ocupação do território maranhense se deu pelo viés de caráter econômico, como consequência, produziu intensos conflitos que foram travados pela posse da terra, inclusive entre os colonizadores e os indígenas.

O processo de ocupação no Maranhão ocorre de forma diferenciada e em tempos distintos. No norte do estado temos um processo de ocupação/colonização conduzido pelo próprio estado português, considerada uma frente de iniciativa estatal também conhecida como frente litorânea ou agrícola. Sobre a primeira corrente, Cabral (1992, p. 61) diz que ela deu continuidade à empresa expansionista que saiu de Pernambuco, em 1614 com destino ao Maranhão, com o objetivo de expulsar os franceses e iniciar o povoamento da região, pondo fim à França Equinocial, marcando, assim, o início da colonização portuguesa nessa Capitania. (ROCHA, 2015)



Observa-se, desse modo, a expansão do domínio luso sobre todo o território maranhense, dado por meio da escravização e dizimação (quando ofereceram resistência) das comunidades indígenas, habitantes da localidade. Para isso, a igreja teve participação decisiva através da catequese que contribuiu para a conformação dos índios aos padrões colonizadores. Conforme Cabral (1992), foram assim, características essenciais da frente litorânea a ação deliberada, o controle, a participação direta e a condução do Estado português no desenrolar da colonização do estado do Maranhão no litoral, nos vales dos rios Itapecuru, Munin, Pindaré e Mearim. (ROCHA,2015)

O outro processo de colonização acontece mais tarde, o do Sul Maranhense, a partir do século XVIII, por volta de 1730. Essa frente sulista fica conhecida como frente pastoril ou pastos bons, ocorrendo a partir da chegada no sul de criadores de gado vindos da Bahia e Pernambuco, já que Portugal proibiu em 1701 (carta régia) a instalação de fazendas no litoral, determinando que as fazendas só poderiam ser instaladas a partir de 10 léguas da costa. Dessa forma, os criadores foram obrigados a abandonar o litoral e se dirigir ao interior do Brasil, atingindo o sertão nordestino, no qual está o Sul do Maranhão, conhecido como região dos pastos bons. A ocupação do alto sertão maranhense, a exemplo da efetivada no litoral, foi empreendida através de muita violência, já que a verde campina cobiçada pelos criadores era *habitat* de inúmeras tribos indígenas que se opuseram à conquista e ao povoamento branco.

Segundo Rocha (2015), grande parte das comunidades indígenas foram dizimadas pelos conquistadores. “A insídia e a perfídia formam sempre meios suaves para conseguirem o aniquilamento dos autóctones. [...] E tudo isso se deu em nome da fé católica (CARVALHO, 2000, p. 75)”. Inicialmente, as terras ocupadas por essa frente de expansão foram as situadas nas proximidades do rio Parnaíba, onde se instalaram as primeiras fazendas de gado e foi fundado em 1819 o povoado de Pastos Bons, o qual serviu de apoio para o avanço da conquista de forma contínua e sem fronteiras, dando origem a vilas e povoados que seriam mais tarde transformados em cidades, a exemplo de São Félix de Balsas, Riachão, Carolina, Santo Antônio de Balsas (hoje Balsas) e algumas outras, não só em território maranhense, mas também em território tocantinense. “É aí neste caminho que se faz a colonização, descobre-se a terra, fixa-se o homem que parte para frente, guiando-se pelos passos sertanejos do gado” (COELHO NETO, 1979, p. 20).



Com o objetivo de caracterizar e diferenciar as duas frentes constrói-se o quadro a seguir:

Frente Litorânea	Frente Pastoril ou interior
Agentes: estado e igreja. “Igreja atua através do processo de evangelização pelas missões.”	Agentes: criadores de gado. Iniciativa privada.
Atividade: 1º momento-agrícola de subsistência (1621-1750) 2º momento agricultura de exportação (1750-1820): algodão e arroz.	Atividade: pecuária no modelo extensivo. Atividade que exigia menos mão de obra e menos investimento do capital.
Mão de obra: escrava: indígena e negra.	Mão de obra: livre/assalariada

Fonte: tabela criada pela autora baseada em materiais históricos: TROVÃO(2008), CABRAL(1992), ROCHA(2015), GISTELINCK(1989).

Quando observamos esses dois tipos de frente não há como negar a característica da concentração fundiária na história maranhense, uma vez que, as duas utilizavam grandes extensões de terras para realizar suas atividades com uma ação colonizadora de devassamento.

Continuando na perspectiva de compreender a formação social e econômica do Maranhão, recorre-se a análise de Arcangeli (1987), o qual aponta que nos anos posteriores a esse processo de ocupação e povoamento, mencionado anteriormente, ocorre o que ele caracteriza nas seguintes fases: a inserção do estado na divisão internacional do trabalho; involução econômica e inserção na divisão nacional do trabalho.

A inserção do estado na divisão internacional do trabalho se inscreve no intervalo que vai dos primeiros anos da segunda metade do século XVIII até a nona década do século XIX. É onde destacamos a inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho, na perspectiva de que nesse período a exportação de três produtos: o algodão, o arroz e o couro para a Europa sustentaram a economia. Essa fase “é impulsionada a partir da intervenção direta da Metrópole que, através da política de Marquês de Pombal, reorienta a economia do Maranhão, via neutralização do poder dos jesuítas na Província



e pela criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755)” (ARCANGELI, 1987, p. 94). O dado período teve seu auge até o início do século XIX, logo após isso se registraram os primeiros sinais de decadência, fato que se interliga devido as modificações ocorridas no sistema econômico internacional. Acrescenta-se aí, ainda, a insuficiência de mão-de-obra não escrava para ajudar na colheita, o que implicará um elevado ônus com a importação de escravos negros vindos da África. (ROCHA, 2015)

Assim, nos últimos anos do século XIX até a metade do século XX, inicia-se uma nova fase e tem como especificidade, a abolição da escravatura no Brasil. Esse momento é marcado pela “involução econômica”, pelo menos do ponto de vista da lógica capitalista expropriadora que regia as atividades primário-exportadoras no Brasil Colônia. No que concerne a abolição da escravidão no contexto do Maranhão, devido à grande existência de terra livre, os escravos preferiram fugir das fazendas, passando a exercer atividades autônomas de subsistência. Tem-se aí, o retorno de uma economia de subsistência no estado, embora a produção de algodão não desapareça por total do programa econômico; este fator torna-se preponderante para o surgimento, no último quartel do século XIX, do parque têxtil. (ROCHA, 2015)

O período seguinte que tem seu início a partir da metade do século XX, é denominado de “inserção na divisão nacional do trabalho”, marcada pela articulação econômica maranhense ao sistema de acumulação capitalista, tanto na esfera da circulação como da produção. As principais especificidades deste período podem ser sintetizadas com base nos seguintes fenômenos: surgimento da indústria do babaçu; produção de alimentos para o mercado nacional através do avanço das lavouras temporárias; ocupação do Oeste do estado e avanço da pecuária. Segundo Lima Júnior (1987, p. 23, *apud* ROCHA, 2015):

Grande fluxo migratório se originou das áreas de povoamento mais antigo, ou seja, dos vales do Parnaíba e Itapecuru e chapadas do alto sertão, em direção às de maior densidade de babaçuais, como o médio e baixo Mearim, também conhecida como Região dos Cocais”. Dentre os fluxos migratórios intra-estadual, destacam-se os nordestinos, vindos especialmente do Piauí e Ceará à procura de terras, esses fluxos são ocasionados por problemas fundiários e edafoclimáticos em seus estados de origem.

Dessa forma, na primeira metade do séc. XX chegaram ao Maranhão milhares de nordestinos, fugindo da seca que assolava a região. Almeida (2017) destaca que esse fluxo migratório é formado também pelos nordestinos expulsos pela crise *plantation* açucareira:



Um outro processo histórico com consequências marcantes para a economia estadual tem origem no movimento migratório formado por contingentes camponeses nordestinos expulsos pela crise da plantation açucareira de 29 e pelas sucessivas secas, que afetaram todo o Nordeste na primeira metade do século XX. Se bem que, desde inícios da década de 20 uma parcela considerável de população nordestina já começasse a atravessar o território maranhense em direção à zona de extração da castanha, em Marabá ou ainda, antes, para a extração da borracha amazônica (Cf. Keller, F. V.: 1973), a sua verdadeira importância do ponto de vista da economia maranhense está ligada à formação de uma frente pioneira agrícola, nas áreas contornadas ou parcialmente ocupadas pelo processo anterior de colonização, quais sejam regiões do Médio Mearim, Cocais e Pré-Amazônia Maranhense. (ALMEIDA, 2017, p.100)

Este fluxo migratório compôs a formação do campesinato maranhense. Porém, com a chegada desses migrantes no estado do Maranhão, os grandes proprietários passaram a cobrar mais pelo arrendamento da terra, motivo pelo qual muitos dos recém-chegados não aceitaram as condições exploratórias impostas e migraram para o Oeste do Maranhão, onde existiam terras devolutas. Já no novo lugar, se estabeleceram em pequenas propriedades, cultivando produtos para o consumo e sobrevivência, a partir do sistema de roça itinerante e da exploração associada do arroz, milho, feijão e mandioca, principalmente na região do Médio Mearim, posteriormente este processo impulsionou na transformação do Maranhão no primeiro produtor de arroz do Brasil:

A outra grande consequência do fluxo migratório nordestino é a formação propriamente dita da frente agrícola que, a partir da região de transição para o vale do médio Mearim, vai ocupando terras livres com base na exploração familiar, transformando o arroz, seu produto comercial por excelência, em elemento de maior peso na economia estadual, já a partir dos anos 50. (ALMEIDA, 2017, p.101)

Importante destacar, segundo Botelho (2007), que essas áreas ocupadas no Oeste Maranhense pelos retirantes da seca no Nordeste vão ser mais tarde objeto de cobiça dos grandes proprietários de empresas capitalistas, com o objetivo de exploração. As respectivas áreas de ocupação recente, ocupadas na primeira metade do século XX pelos imigrantes nordestinos que fugiam da seca e do latifúndio, vão constituir nas regiões de maiores conflitos agrários em função da disputa pela terra envolvendo os posseiros, os grandes proprietários e empresas capitalistas- esses últimos (latifundiários e empresas) que vão com a conivência do Estado e de autoridades, se apropriar da terra, muitas vezes através de atos de grilagem.

E essa disputa se dá pelo caráter de que nesse período compreendido nos anos de 1964-1985, o período da ditadura militar que tinha o projeto “modernizador” e implantou



o PIN (Programa de Integração Nacional) que implicou na construção de rodovias federais como a Transamazônica, A BR 222, BR 316 que cortaram áreas maranhenses e valorizaram as terras atraindo latifúndios e grandes grupos que vieram com a intenção de implantar grandes projetos agropecuários e intensificou o conflito entre latifundiários e grandes grupos versus posseiros.

Nesse contexto a grilagem é prática comum por parte desses latifundiários e grandes grupos. Como destaca Gistelink (1989) entram novos grupos sociais em jogo. Na medida que se desenvolve esse sistema rodoviário chegam fazendeiros e grileiros:

“...para se apropriar das terras livres, não legalizadas dos pontos de vista jurídico, mas já preparadas, a custo de muito suor, pelos posseiros. Os fazendeiros, comprando terras do Estado, instalam-se em terras recentemente trabalhadas por famílias camponesas, para implantar grandes projetos de pecuária. Os grileiros apropriam-se de forma fraudulenta, nos cartórios da região de São Luís, de Imperatriz e de Goiás, das terras dos posseiros, para fins de especulação. Estes grupos ignoravam o processo real de apropriação da terra que o campesinato vinha realizando desde a década de 50. (pág.13)

Botelho (2007) ressalta a importância em compreendermos esse contexto paradoxo da história econômica maranhense, de desenvolvimento por um lado e de dificuldades socioeconômicas por outro, é necessário observar que entre as décadas de 1930 a 1970 se tinha uma produção agrícola familiar voltada à produção de quatro produtos típicos da alimentação: arroz, mandioca, feijão e milho. Após 1970 o estado assume uma postura de desenvolvimento dos grandes projetos, implicando no declínio dessa produção agrícola. Dessa forma, observamos uma expressão da questão social no contexto da agricultura familiar, cuja ocorrência se dá na década de 1970, momento em que segundo Arcangeli (1987) o Maranhão entra na rota do capital mundial.

Nesse período a concentração de terras vai tomando maiores proporções como observamos na Lei de Terras ou Lei nº 2.979, aprovada no Maranhão em 17 de julho de 1969, no governo Sarney (1966-1971), que, para muitos estudiosos, desencadeou o aumento da concentração fundiária no estado.

Conhecida também como Lei Sarney de Terras, a referida legislação integrava o discurso “modernizante” do então governador, sendo esta sua principal criação no âmbito agrário, e consistia na regulamentação jurídica das terras públicas estaduais, possibilitando a atração de grupos econômicos, e projetando a grilagem na Amazônia Legal, pois, conforme Feitosa e Ribeiro (1991, p. 72):



O processo de aquisição de terras, de grandes glebas, é acelerado no Maranhão a partir de 60, início da década de 70, após o advento da lei de terras do governo Sarney, que foi promulgado no governo Pedro Neiva. A partir daí, além da aquisição por preços risíveis, as terras devolutas do estado passaram a ser objeto de grilagem cartorial e apropriação forçada por grileiros que contavam, inclusive, com o apoio de certos setores do judiciário, bem como, acima de tudo, do aparato policial do estado.

Tal ato governamental promoveu o aumento de latifúndios, havendo uma ocupação agrária desordenada que gerou grandes conflitos no estado. Nesse momento que se observa esse contexto que projeta fortemente a grilagem no contexto maranhense, é necessário compreendermos o que Asselin (2009) destaca que não é um ato isolado, mas faz parte de um modelo econômica:

A grilagem de terra na Amazônia Legal não representa um fato isolado ou, menos ainda, uma “ação nefasta de maus brasileiros”, mas faz parte de um modelo econômico, de uma estrutura sócio-política. Grilagem é problema estrutural e, por ser de ordem estrutural, ela é planejada e estimulada. (ASSELIN, 2009, p. 18).

Corroborando com essa perspectiva, Barbosa (2011) analisa que essa lei estabeleceu um verdadeiro mercado de terras no Maranhão, tornando-se responsável por um conjunto de transformações sociais no campo. Logo, “a combinação terra e capital passou a atrair vários grupos econômicos, de dentro e fora do Estado, aquecido principalmente, pela venda e negociação das chamadas terras devolutas”. (BARBOSA, 2011, p.3).

A mesma autora ainda destaca, que nos anos 1980 o modelo de desenvolvimento passou por transformações qualitativas a partir do II PND (Plano nacional de Desenvolvimento) quando as regiões Norte e Nordeste, finalmente, passavam a ser o carro chefe de grandes projetos industriais. A primazia consistia na adoção de projetos industriais que buscavam articular um desenvolvimento regional pautado na lógica hegemônica global (BARBOSA, 2011). Todos esses empreendimentos econômicos agravaram a questão agrária e urbana, pois ocasionou o processo de transferência de terras devolutas para diversas corporações empresarias:

A prioridade era implantar grandes projetos industriais: ferro, aço, celulose alumínio. Tratava-se na visão dos militares de um desenvolvimento integrado voltado para os espaços econômico regionais a partir de uma concepção global de desenvolvimento regional. A dinamização desse processo (articulação entre interesses transnacionais, regionais e locais) permitiu a instalação de megaprojetos industriais. Hegemonizado pelo Programa Grande Carajás, no bojo do qual o Maranhão novamente voltava a inserir na dinâmica do capitalismo internacional, agora, como corredor de exportação de minério de ferro. (BARBOSA, 2011, p.3-4)



Corroborando com essa perspectiva, Lopes (2006, *apud* DELGADO, 2010) aponta o Estado como um articulador para a implantação de grande complexo minero siderúrgico associado a projetos industriais, a exemplo de três grandes empresas: o Consórcio ALUMAR, criado em 1980, a Companhia Vale do Rio Doce, vindo para o Maranhão em 1976 e, o Centro de Lançamento de Alcântara, instituído em 1982, pregando a ideologia do desenvolvimento que geraria melhorias a população na geração de empregos:

O Estado, numa articulação do poder central com as elites políticas regionais, construiu as bases espaciais com o deslocamento de populações inteiras de áreas de interesse dos “Grandes Projetos”; construiu e ofereceu a infraestrutura de estrada, água, energia e um dos portos mais importantes do país; e ofereceu incentivos fiscais. A implantação de três grandes empresas marca este momento: o Consórcio ALUMAR (1980), a Companhia Vale do Rio Doce (1976) e o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA (1982). A ideologia do desenvolvimento nacional que gera emprego e melhora as condições de vida das populações é ainda uma referência naquele momento em que as duas últimas empresas são estatais. (LOPES, 2006, *apud* DELGADO, 2010, p. 54-55)

Sendo assim, a nova onda de modernização formou-se, porém, com todos esses empreendimentos econômicos agravando a questão agrária e urbana. Segundo Lopes (2006, *apud* DELGADO, 2010) essa expansão do capital mundializado avança na primeira metade da década de 1990, sem a esperada expansão industrial, mas com uma novidade, o agronegócio.

Se firma na segunda metade da década de 1990 com a consolidação do primeiro movimento sem a esperada e anunciada expansão industrial. A novidade ficou por conta da expansão do **agronegócio** para além do corredor do minério em outras regiões do Maranhão e da privatização, em 1997, da Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas estatais do Estado brasileiro e das reservas minerais da Amazônia, que agora avança no projeto de expropriação da ilha de São Luís para implantação do “Polo Siderúrgico”. (FERREIRA, 2004, p. 54)

Dessa maneira, observamos que nos anos 1990 ocorre uma consolidação e expansão do agronegócio, agravando ainda mais a questão agrária no estado. Conforme Delgado (2010), a partir desse contexto desenvolvimentista, ocorre a priorização de três *commodities* no estado do Maranhão, a soja, os minerais de ferro e alumínio, considerados mais rentáveis. Além destas produções, destaca-se o investimento feito pelo capital no campo maranhense, para a entrada de capitais na produção de alimentos e no cultivo da lavoura canvieira para produção de álcool como combustível, assim como o eucalipto, o bambu e o arroz.



Baseado nisso, Mesquita (2011) chama atenção para a transformação que o agronegócio causou no cenário da agricultura maranhense, resultando numa avalanche de produtores modernos para o plantio de soja e eucalipto na perspectiva de atender a demanda externa, fator que nos leva a recordar muito a base da agricultura de moldes *plantation*:

Neste cenário o Maranhão se tornou um importante produtor de arroz e desempenhou até os anos setenta uma função chave no processo de acumulação do núcleo mais dinâmico. A partir daí, com a prioridade dada pelo Governo (Sudene, Sudam, BNDES, BB, CVRD, Estado, etc) às atividades capitalistas como a pecuária de corte e os empreendimentos incluídos no Projeto Grande Carajás, a agricultura itinerante, “atrasada”, não capitalista, que tinha no arroz a sua principal fonte de expansão, declina sistematicamente e perde importância neste contexto nacional. A dinâmica antes dada pela agricultura familiar se deslocará para o agronegócio (soja, eucalipto e pecuária), as fontes governamentais de financiamento estendem sua prioridade aos cerrados do Maranhão, Tocantins, Bahia e Piauí. O resultado é uma avalanche de produtores “modernos” em segmentos do campo maranhense, com destaque para o plantio em grande escala de soja e eucalipto, ambos voltados para atender a uma demanda externa por commodities (grãos e minérios) induzida, sobretudo, pelo forte crescimento da China nos últimos 20 anos. (MESQUITA, 2011, p. 23-24)

Logo, observamos que a emergência do agronegócio no Maranhão está diretamente associada ao plantio de eucalipto, nas mesorregiões do Leste e Oeste Maranhense. Essas plantações de eucalipto relacionam-se a empresas do grupo Suzano de Papel e Celulose S/A, tendo suas atividades realizadas no município Urbano Santos, a CELMAR S/A, instalada nos municípios Imperatriz e Açailândia, ambas para produção de carvão vegetal e toneladas de celulose de fibra curta. (CARNEIRO, 2008, *apud*, DELGADO, 2010)

A produção de soja no Sul do Maranhão utiliza técnicas e tecnologias modernas, com uma produção mecanizada e informatizada. Articulado a isto, o Estado possibilita grandes recursos para investimentos e uma infraestrutura que garante o transporte rodoviário e portuário da produção, sendo assim, a lógica está voltada para atender o mercado externo. Tal cultura sojícola ocasiona elevados problemas ao campo, uma vez que seu cultivo é realizado em grande escala, ocupando extensas faixas de terra, o que prejudica a lavoura de subsistência realizada pelas famílias camponesas e ocasiona grandes e intensos impactos na produção familiar, logo, gerando conflitos socioambientais, econômicos e culturais.

No entanto, apesar dos muitos problemas e conflitos causados pelas práticas produtivas do agronegócio, o estado do Maranhão assume importante papel de aliado do



setor, não priorizando o enfretamento da questão agrária, nem realizando as políticas agrícolas e agrárias destinadas à agricultura familiar camponesa. Todo esse contexto de investimentos do agronegócio, assim como os projetos de infraestrutura, não aconteceu e nem tem se dado de forma harmoniosa, pois muitos são os conflitos, e os agricultores familiares, posseiros, quebradeiras de coco, indígenas, quilombolas, extrativistas de modo geral e pescadores, têm, historicamente, construído formas de organização política em defesa de seus territórios. (DELGADO,2010)

Toda essa conjuntura da questão agrária nos remete a base da resistência camponesa. O debate teórico nos apresenta que as expressões da questão agrária mais recente se configuram sobre as faces do agronegócio e suas perspectivas produtivas. Então, observar a resistência de movimentos sociais da terra ao longo do contexto histórico, a exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, se torna de grande necessidade para tentar compreender a organização desses trabalhadores no objetivo de garantir a realização dos seus direitos, além de se constituir como uma das principais características do campo brasileiro.

Resistência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST no Maranhão e o acampamento Marielle Franco

Nesse contexto de contradição e expansão desigual no campo agrário brasileiro, visualiza-se a resistência camponesa através da sua organização e luta nos movimentos sociais. Assim, estes passam a se tornar referência na realização de lutas, sendo considerados a forma mais eficiente de resistência do campesinato.

De tal modo, pretendemos nesta parte do texto argumentar a respeito do contexto histórico do MST no Maranhão, refletindo de forma breve sobre esse movimento socioespacial, aqui nos referenciando no conceito de Fernandes (2004), o qual no processo de discussão sobre a conceituação de espacialização e territorialização, afirma que o MST realiza os referidos processos na sua luta pela terra e, por isso se caracteriza como um movimento socioterritorial.

Os estudiosos, Fernandes e Martin (2004), de forma breve, apresentam os conceitos de espacialização e territorialização na seguinte perspectiva:

Espacialização é o processo do movimento concreto da ação e sua reprodução no espaço e no território. É expansão, multidimensionamento e reprodução contínua do espaço político. Territorialização é o processo de



reprodução, recriação e multiplicação de frações do território. (FERNANDES, MARTIN, 2004, p.7)

Afirmam, ainda, que o MST realiza esses dois processos se caracterizando como um movimento socioterritorial:

Dessas ações provém a eficácia reconhecida do MST, enquanto movimento socioterritorial, de conseguir realizar a combinação destes dois processos – espacialização e territorialização – diferentes é certo, mas que se revelam, de fato, complementares e indissociáveis. “Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta” (FERNANDES, MARTIN, 2004, p. 7).

Sendo assim, observaremos a seguir, no contexto histórico do MST a nível regional, que tal movimento tem como objetivo principal a conquista da terra/território, o que Fernandes e Martins (2004) destacam também como característica desse conceito de movimento socioterritorial e da prática do MST:

Os movimentos socioterritoriais têm o território como trunfo. Da mesma forma que a existência dos movimentos socioespaciais está diretamente relacionada com determinados espaços, a existência dos movimentos socioterritoriais está absolutamente vinculada ao território. Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. (FERNANDES, MARTINS, p.9-10)

De forma breve, notamos o início do MST no Brasil ocorrendo a partir da reação de diversas famílias e trabalhadores rurais no desejo pela reforma agrária, o que levou a realização de ocupações e mobilizações nos estados do Brasil. Assim, no contexto nacional a primeira semente do Movimento Sem Terra é plantada em 7 de setembro de 1979, na ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta - Rio Grande do Sul. É necessário entender que já existia um espaço aberto para o surgimento do Movimento Sem Terra, pois já existia a Comissão Pastoral da Terra-CPT, sendo que:

Muitas outras lutas, nesse estado e em todo país, foram gerando lideranças e incrementando a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a reforma agrária. O espaço aberto para esse processo foi a CPT, sem a qual, em anos de ditadura, o Movimento não teria nascido ou talvez demorasse ainda muito tempo para surgir. (MORISSAWA, 2007, p.123)

Essas reações ocorreram em todo o país, mas com mais visibilidade e intensidade nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Um dos casos mais emblemáticos foi a ocupação da fazenda Sarandi (RS) em 1979 por cinco mil famílias organizadas pelo MASTER. O processo ficou muito conhecido



nacionalmente por ter sido, na época desapropriada pelo governo estadual, na época, Leonel Brizola. Porém, em um complexo, longo, e difícil processo de luta as famílias sofreram vários despejos, deslocamento, humilhações e violências. Importante destacar que, apesar de tudo, as famílias avançaram no processo de organização e luta.

O avanço organizativo, resulta do fato de que todas as ações e articulações das famílias sem-terra foram provenientes em um processo de conscientização da luta construída na dinâmica do cotidiano, com a construção de cada acampamento. O efeito da dinâmica organizativa destas famílias deu-se nas ocupações de outras fazendas e mobilizações em torno da terra.

E, nessa perspectiva das dinâmicas organizativas das famílias para executar as ocupações, Fernandes e Martin (2004) descrevem que tal ato quebra o tabu da formação sócio-histórica do latifúndio:

É na preparação e na realização de uma ocupação, mais ou menos massiva, que os sem-terra dão-se os meios de pôr, radicalmente, em questão o tabu sócio histórico do latifúndio. A ocupação constitui uma transgressão dos limites, no caso fundiário, oficialmente traçada. Mas, ela é, ao mesmo tempo, um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento. (FERNANDES, MARTIN, 2004, p.7-8)

Nas práticas de organização histórica do MST, no contexto nacional, observamos uma das famílias em grupos, setores e comissões, elegendo uma coordenação. Dessa luta nasceu o Boletim Sem Terra, o primeiro órgão de comunicação e informativo do Movimento, assim como foi organizada uma secretária em Porto Alegre, que buscava dar suporte às articulações. Ocorreu que o Movimento contou com o apoio da sociedade de diversas paróquias, sindicatos, prefeitos, agricultores e estudantes.

A nível regional, a primeira ação do MST no estado, se deu com a participação de integrantes do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU no primeiro Congresso Nacional do MST. O CENTRU é uma entidade que atua no Oeste do Maranhão, região que se caracteriza por imensos pedaços de terras griladas, e uma dessas terras era uma fazenda chamada Pindaré, que no final da década de 1960 foi distribuída para vários grupos empresariais como Varig, Pão-de-Açúcar, Sharp, Cacique e Mesbla, além disso, havia projetos de extração de madeira e projetos agropecuários financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM nesta região.

No processo organizativo do MST no Maranhão, destacamos a ocupação organizada pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), apoiado pelo MST da fazenda Capoema, um “grilo” de 60.000 hectares, localizado em Santa



Luzia. Em seguida, ocorreu a ocupação da fazenda Criminosa, em Imperatriz, que pertencia à empresa Sharp. (SABRY, 2005)

A próxima ocupação foi da fazenda Gameleira, também em Imperatriz, com 144 famílias. Uma semana após essa ocupação ocorreu outra em Buriticupu, onde 27 famílias entraram na fazenda Terra Bela. Essas ações tiveram o apoio do Partido dos Trabalhadores, da CUT e da CPT. Posteriormente, essas áreas foram desapropriadas, claro que a custo de muita resistência e ocupações. Tais ações consolidaram o MST no Maranhão.

O número de sem terras organizadas pelo Movimento aumentou no território maranhense, ocorrendo assim em janeiro de 1991 o Encontro Estadual, onde foi decidido a criação de três regionais: Tocantina, Pindaré e Médio Mearim, para melhor desenvolver as ações organizativas, como capacitação nos aspectos técnicos e produtivos, estimulando o trabalho coletivo e a criação de cooperativas.

Sempre resistindo ao contexto desfavorável e lutando para a realização de uma reforma agrária, é que no estado do Maranhão o MST articula-se para realizar várias ocupações. No dado panorama, destaca-se a ocupação realizada em 2018 a um latifúndio improdutivo na cidade de Itinga, em uma área pública que está em situação de grilagem pela empresa Viena Siderúrgica. O Acampamento recebeu o nome de Marielle Franco, possuindo hoje cerca de 150 famílias e o Movimento reivindica a área para a criação de assentamentos de Reforma Agrária.

As famílias do Acampamento Marielle Franco vêm das periferias das cidades de Açailândia e Itinga, onde as dificuldades de emprego e a necessidade de terra para trabalhar levaram essas famílias à organização. O MST no Maranhão já reivindica a área junto ao Incra, que informou que a terra pertence a União Federal e tem uma extensão de cerca de 9 mil hectares, o que, segundo a coordenação do Movimento, daria para assentar cerca de 150 famílias. Apesar de ainda não terem garantia da posse dessa área, que está em processo de desapropriação, os agricultores acampados ali já avançam na produção de arroz, feijão, fava, abóbora, farinha, milho e diversas frutas e hortaliças. Produzem uma diversidade de alimentos em um pequeno espaço de 110 hectares da área ocupada, em meio à pulverização de agrotóxicos para o cultivo de soja e eucalipto que se espalha pelo Sul Maranhense.

A organização produtiva é colaborativa e cada família possui três linhas de roças destinadas a subsistência e venda nas feiras de Itinga. Com admirável organização



coletiva, os acampados já estruturaram o local com ônibus, uma mercearia, duas igrejas e uma escola, construída pelos próprios moradores e reconhece como anexo da escola municipal Luís Rocha, com cerca de 90 alunos matriculados no ensino infantil, fundamental e ensino de jovens e adultos e sete funcionários. (MST, 2020)

Com o plantio livre de agrotóxicos, os produtores também declaram preocupação com o avanço do monocultivo, que além de retirar agricultores de suas terras, também prejudica o plantio de alimentos em razão da pulverização de agrotóxicos na região. A região compreendida como mesorregião Sul Maranhense é pioneira na produção de soja em larga escala. Ainda no final dos anos 1990, alcançou a margem de 448,4 mil toneladas produzidas em quase 176,4 mil hectares, que antes era espaço de agricultores familiares que da terra, tiravam a subsistência, mas se viram obrigados a migrar para centros urbanos como Itinga, Açailândia e Imperatriz. (MST, 2020).

Assim, em meio a uma imensidão de soja e eucalipto, o acampamento Marielle Franco no Maranhão, é considerado um ponto de luta e sustentabilidade. Com muita resistência, trabalho e organização, as famílias já colhem os alimentos da terra fértil que estava grilada por uma empresa siderúrgica. Contudo, atualmente, as famílias seguem ameaçadas de despejos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das indicações presentes no trabalho, foi possível inferir que a questão agrária é um elemento constituinte da expressão histórica do estado do Maranhão. Partindo da categoria histórica de que sua expressão inicia na colonização e perdura até a contemporaneidade, com mínimas interferências do estado para a efetivação da Reforma Agrária. Todo esse contexto faz surgir movimentos dos trabalhadores camponeses. Que expressam suas lutas por terra e melhores condições de trabalho. Um movimento especial, tratado neste trabalho, é o Movimento Sem Terra- MST. Articulando diversas ações de ocupação com grande expressividade na sociedade, tornou-se um reconhecido movimento no enfrentamento da questão agrária no estado do Maranhão.

Acerca do acampamento Marielle Franco, suas particularidades demonstram a ação de luta popular de resistência, como coloca Fernandes (2004, p.6) “a ocupação é um processo socioespacial e político complexo compreendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação.” Resistência na ação de ocupar,



na ação de produzir, na ação de ter a perspectiva da realização de uma práxis que gere transformação na vida desses sujeitos envolvidos na luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os movimentos sociais podem ser potencializadores da transformação social, é importante refletir a ação desses. Tomando como objeto dessa pesquisa, o MST e sua articulação frente a luta pela reforma agrária, é importante buscar compreender a transformação histórica dos movimentos rurais em sua organização social e política. Pesquisar a nível regional como esse movimento tem realizado suas práticas é pôr em pauta a realidade social, se os avanços já conquistados se concretizam na prática cotidiana, e se caso não esteja sendo realizado, observar quais propostas, atuação em redes e ações coletivas têm sido feitas dentro desses movimentos rurais. Sendo que esse acampamento é um local recente de ocupação e nos mostra as expressões atuais da questão agrária no estado do Maranhão e a luta dos trabalhadores sobre a lógica da resistência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017, p. 63-143
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônica Maranhense**. São Luís: UFMA\PPG\EUMA, 1987.
- ASSELIN, V. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Ética, 2009.
- AZAR, Zaira Sabry. **A organização da produção da vila Diamante na luta pela terra no MA**. São Luís: UFMA, 2005. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós- graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luís, Maranhão, 2005.
- BARBOSA, Z. **O global e o regional. Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão**. Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luis, MA.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Ver Curiosidade, 2007.



CABRAL, M. S. C. **A frente de expansão na colonização maranhense: a litorânea; A frente de expansão na colonização maranhense: a do interior** In **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luis: SIOGE, 1992, p. 58-137.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação serviço social e questão agraria na contemporaneidade: inserção e prática de assistente social no MST e na FETAEMA no Maranhão**. São Luís: UFMA. Dissertação (Mestrado)- Programa de pós graduação em Políticas Publicas, UFMA, São Luís, Maranhão, 2010.

FEITOSA, Moacir; RIBEIRO,Évi. **Ensaio sócio econômico e histórico**. São Luís: Fase, 1991.

FERNANDES,Bernardo Mançano; MARTIN,Jean-Yves. **Movimento socioterritorial e “globalização”:** algumas reflexões a partir do caso do MST, 2004.

GISTELINCK, Frans. **Carajás, Usinas e Favelas**. São Luís, MA. Gráfica Minerva,. 1988, 166p. Inquérito Civil sobre Fomento Florestal.

MESQUITA, Benjamin Alvino. “Intervenção governamental e transformação do setor agrícola”. In: MESQUITA, Benjamim A. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: EDUFMA, 2011. p. 37-49.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, F. Introdução In **Elegia por uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1981, p. 13-44.

ROCHA, Rosimary Gomes. **O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SUL DO MARANHÃO: Dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial**. v. 1, n. 1 ,jan./jun. 2015.

SCHNEIDER, Sergio; LAURO, Mattei; CAZELLA, Ademir Antônio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF**. Porto Alegre, 2004.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agraria no Brasil**. São Paulo: Atual,1997.

TURCHI, Lenita Maria. **A colônia dirigida no processo de expansão e ocupação da fronteira agrícola: território federal de Rondônia**. Brasília- DF